



# RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA

*40 31*  
*14680*

## O suicídio dos catedráticos de Coimbra

POR

EDUARDO SALGUEIRO

LISBOA  
1933

Shi

CADERNOS

DE CULTURA

DEMOCRATISTA







O SUICÍDIO DOS CATE-  
DRÁTICOS DE COIMBRA

---

Composto e impresso na Tipografia da «Seara Nova»  
Calçada do Tejolo, 37-A — Lisboa

Shi

EDUARDO SALGUEIRO

R 120163



# O suicídio dos catedráticos de Coimbra

LISBOA



1933

S. 70  
shi





*Aos estropiados da nova geração;*

*A todos aqueles que não fizeram a guerra mas sofreram, por causa dela, as piores mutilações,*

*— Êste depoimento angustiado,*

*Com o abraço fraternal e comovido do*

*AUTOR.*



# 1

Por mais duma vez a mocidade escolar — generosa e viril — ergueu o pendão da revolta contra a inciência das velharias burocráticas, os absurdos dos programas universitários, o provincianismo intelectual dos mestres, — em defêsa duma autêntica Universidade. O burguesísmo ambiente, circunspecto e desconfiado, viu sempre na límpida e sincera revolta dos jóvens a irrequietude inconseqüente dos verdes anos. E tratou-a com sibilino desdém, quando não com violência e maldade. A juventude não tinha razão; era necessário fazê-la recolher ao redil e ao silêncio, em nome dos sacra-tíssimos interêsses da Ordem. (E muita gente acreditou que a mocidade não tinha razão...)

Afinal, tudo se esclarece — e quando menos se espera — como se uma fôrça imanente de facto existisse ao serviço da Verdade, que o mesmo será dizer: da Justiça.

Tem sido a Universidade coimbrã aquela que mais se ufana dos seus brazões de sabedoria. Tudo o mais nunca valeu como *Universidade*, porque, fora dela, só ha pura indigência mental. O curioso, porém, residia em que fôsse precisamente contra ela (mais do que contra nenhuma outra) que se erguessem os clamores da mocidade inquieta, — contra ela, que julga representar alguns séculos de Ciência acumulada. ¿Não a proclamavam, a todo o instante, detentora fiel dos pergaminhos da Tradição? ¿Quem poderia provar a justiça dos gritos da rua, das angustiadas apóstrofes da juventude e dalguns sectores da opinião pública, — movidos, talvez, por mão criminosa ao serviço de jacobinismos suspeitos?

É caprichoso — tão caprichoso como singular em seus desígnios — aquilo a que se convencionou chamar Destino. Nesta hora, êle foi mais caprichoso e singular do que nunca: distribuiu aos catedráticos de Coimbra o glorioso papel de pôr a Verdade no seu pedestal, proclamando, à luz do sol, ante o País inteiro, que a juventude tem razão em bater-se contra a Universidade portuguesa. (*A juventude tem sempre razão* — crêmos tê-lo, algures, afirmado alguém...)

Infelizmente, o que se dizia contra a Universidade portuguesa — e, em especial, contra a Universidade coimbrã, — prova-se que era, em última análise, a expressão fidelíssima da Justiça. Não se punha a-mais uma vírgula, não se carregava de-mais uma única linha. E se alguém tiver dúvidas sobre a autenticidade do panorama, procure edificar-se da realidade incrível, lendo a *mensagem* que o ministro da Instrução acaba de receber dos catedráticos de Coimbra.

Essa mensagem constituiria a condenação duma Escola média, quanto mais duma Universidade! Arripia. ¿Quem poderá ver absolvição possível, em face de tão eloqüente e esmagador *corpo de delito*? Em si, vale uma sentença condenatória, — porque é a mais formal e insuspeita afirmação da crise da Universidade portuguesa. ¡Oxalá pudesse valer, ao menos, como ponto de partida para a *construção* duma autêntica Universidade, que nos honrasse perante o mundo civilizado e perante nós próprios!... ¡Oxalá fôsse possível tão ansiado milagre!

Mas já que nada mais o País deve aos catedráticos de Coimbra, não se lhes recuse o reconhecimento dêste serviço de inestimável preço: o de se terem condenado a si próprios. Só uma coisa, entretanto, nos penaliza em face de tudo isto: que alguns dos poucos professores portugueses dignos de tal nome não tenham sabido, nesta hora grave,

furtar-se a uma *solidariedade* que, por nenhum motivo e sob nenhum aspecto, deveria ser invocada. Confessemos: há na Universidade coimbrã alguns *autênticos catedráticos* que só por uma solidariedade mal compreendida puderam incluir-se entre os responsáveis de tal índice da mentalidade universitária portuguesa.

Joaquim de Carvalho, Vergílio Correia e Aurélio Quintanilha, recusando a assinatura a tal documento, mostraram-se ao nível da sua qualidade de verdadeiros *catedráticos*. Homenageêmo-los, nesta hora, com satisfação incontida, — se é que a tristeza, por não ser maior o número dos que desejariamos homenagear, não sobreleva aquela satisfação!

O titular da pasta da Instrução Pública ainda não se manifestou sôbre a mensagem; mas já falaram vários sectores de opinião: e todos se pronunciaram, *formalmente*, contra ela. Todos a condenaram, e houve até quem acolhesse a sua leitura por entre as gargalhadas mais estrepitosas e mais sangrentas, — como se duma página de sadio humorismo se tratasse. Talvez a ninguém seja lícito exagerar, nêste momento grave. . .

O riso, a coroar a pobreza da mensagem coimbrã, seria legítimo — se acaso é legítimo rir onde haja *drama*. Ora o documento dos catedráticos de Coimbra talvez não seja mais — nem menos! — que um dos aspectos da crise nacional, e o pior dos

seus mais trágicos aspectos: o da crise da inteligência e do bom-senso.

O País consciente não pode rir-se nesta hora. Ao contrário, deve sentir-se de luto — porque a mensagem dos catedráticos de Coimbra é a *certidão de óbito* duma Universidade quasi inteira. Resta apenas fazer-lhe os *resposos* — mas sem lágrimas! Estudantes, licenciados e doutores, abriram já a sepultura à pobre indigente. Seja-nos concedida a honra de *gato-pingado*, — a nós, que nunca frequentámos uma Faculdade e que, por isso mesmo, temos sentido, como os que melhor a sentem, a ausência de acção extra-universitária dos catedráticos portugueses.

Uma análise ao famoso documento (1) é empresa difícil: hesita-se, logo de entrada, sobre qual dos aspectos da pobreza nêle revelada deva merecer prioridade: se o literário, se o moral, se o

---

(1) O sr. Rocha Martins fez já uma crítica severa — implacável de ironia — ao *estilo* e ao bom português da mensagem. Mas alguns *bocadinhos de ouro*, dos mais valiosos, se esqueceu de apontar. Este, por exemplo, deve figurar nas antologias, para edificação das gerações vindouras:

«*Pede-se, snr. Ministro*»... «*que, de qualquer maneira, se tenha sempre presente o seguinte: isto é que, se é certo haver professores*»... etc.

Palavra de honra, que isto vem na mensagem, entre a farta colheita que pode fazer-se doutros *lugares selectos!*

mental. Sôbre o primeiro é evidente que não vale a pena falar; a crítica está feita, e, se o não estivesse, bastava a leitura da mensagem. Ela constitui, só por si, a crítica mais eloqüente — e menos suspeita...

## 2

Compete às Universidades o papel de sentinelas atentas a todas as enfermidades da Nação. A sua vigilância deve ser incessante e duma solicitude sem esmorecimentos, na perscrutação preventiva de todos os estragos morais, mentais e físicos do Povo. Uma colectividade de enfermos não pode ser uma Nação; quando muito, será uma enfermaria; e os responsáveis, indignos do nome de «clérigos».

São da mensagem estas palavras:

*«Pede a nossa honra que se diga que não deixam de ter, por vezes, razão as pessoas menos affectas à Universidade portuguesa quando, embora freqüentemente por inconfessáveis motivos, apontam às turbas alguns dos seus mais graves defeitos e lacunas».*

Admitamos que o fazem por «inconfessáveis motivos» e não em defêsa — legítima em todo o português — da Cultura e da Inteligência nacional.



Concordam os senhores catedráticos neste ponto essencialíssimo: que de lacunas e de defeitos graves padece a Universidade portuguesa. Eis-nos chegados, em face da confissão, ao aspecto moral do problema. As «lacunas» e os «defeitos graves» existem. ¿Desde há quantos anos? Se existem, ¿quem suporta as conseqüências, por certo de estragos irreparáveis? ¿Que têm feito os catedráticos portugueses para os evitar ou reparar? ¿Como se têm conduzido em relação aos poderes públicos? Actuando? Mas o País ignora a sua actuação. Calando-se? Encolhendo-se? ¿Como interpretar, então, o seu silêncio, e como justificar-se de que só após as críticas violentas das novas gerações a Universidade coimbrã tenha acordado do sono letárgico para se dirigir a um ministro da Instrução? Os senhores catedráticos achavam que a Universidade portuguesa não satisfazia às necessidades da Grei, ¿e estiveram sempre calados, — contra a juventude inquieta, não conformada com os factos que na mensagem condenam?! Então, grave attitude a sua, porque se tornaram cúmplices dum estado de coisas que affectava os alicerces da própria Nação!

A verdade tristíssima é só esta: a Universidade portuguesa tem-se limitado — desde sempre — a aguardar, passivamente, que os ministros da Instrução Pública (sábios ou incompetentes) resolvam, legislando, os problemas pedagógicos e culturais.

Ora, à Universidade compete mais alguma coisa: cumprir-lhe ir de encontro aos poderes públicos e *criticar, sugerir, aconselhar*, — num permanente e desinteressado esforço de cooperação. Mais, talvez, do que aos poderes públicos, cabe às Universidades a solução dos problemas nacionais. São elas que, conscientemente, devem orientar êsses poderes. Por obrigação natural, imperiosa, devem andar *em dia* com todos os problemas — e, tanto quanto possível, com as soluções, — não só de interesse nacional, mas também humano e cósmico. E por tal forma a sua acção — através da cátedra, da imprensa e da tribuna, — deve ser larga e profunda, que ao legislar-se sôbre Economia, sôbre Ensino, sôbre Justiça, etc., já a Nação — pelo menos nas suas camadas mais conscientes — esteja apta à compreensão do que se legisle.

Um professor universitário não cumpre as suas funções quando se limita a repetir, diàriamente, umas tantas páginas de *sebenta*, frente ao reduzido número dos que podem acercar-se das suas cátedras. Êle deve estar em contacto permanente com toda a Nação, porque em bôa verdade a Nação constitui, toda ela, o seu auditório carecido de *saber*, perante o qual o catedrático não pode reduzir-se à condição de múmia, nem a Universidade ao papel de túmulo. O professor catedrático não o é, sòmente, fechado entre os quatro muros duma Escola. Deve sê-lo de tôda a Grei — se as azas

lhes não chegarem para o ser de tôda a Humanidade! Uma Escola superior não pode atribuir-se o papel exclusivo de fábrica de bachareis e doutores: deverá, antes, forjar espíritos vivos, apolíneos e viris, e irradiar luz para todos os recantos sombrios da colectividade enfêrma ou débil, para todas as inteligências, moças ou encanecidas, — em permanente ressonância com a ansiedade de tôdas as almas e em modelação contínua de todos os sêres morais.

### 3

No mundo civilizado os catedráticos compreendem, sem deslizes, qual seja o seu papel de *modeladores* de gerações, quais os deveres da sua cleresia. Vemos, a tôda a hora, professores que o não são apenas como gasúa de bons empregos descerem à rua a tomar contacto com a multidão. Só assim podem orientá-la e *orientar-se*; só assim podem conhecer a inquietação das massas e encaminhá-las num sentido mais humano e mais justo. Aí, no mundo civilizado, o catedrático não ignora o valor da tribuna, do jornalismo, da T. S. F., da revista da especialidade, — e, ainda, dessa magnífica riqueza moral chamada livre-expressão-do-pen-

samento, — como agentes de Cultura e de Progresso. Multidões e Universidades são valores que se entendem na mesma obra emancipadora. Conhecem-se mutuamente, mutuamente se *influem* e mutuamente se respeitam e admiram.

Em Portugal ¿ quantos são os catedráticos que procuram contactos de fraternal cooperação com as multidões *leprosas*? ¿ Quantos procuram orientá-las, — *servi-las* de facto, como é sua verdadeira função? ¿ Quantos procuram as colunas dos jornais, — no quotidiano anseio de esclarecer a Grei? ¿ Quais e quantos os catedráticos que em Portugal descem à tribuna, à conferência, em busca da libertação moral e mental dum povo que nunca foi à Escola?

Assim, convertida em feudo tão alheado como inacessível, ¿ como pode a Universidade portuguesa conhecer as inquietações, a fome de pão espiritual da grande massa? E ¿ como pode a massa dar pela existência da Universidade, a não ser para desconfiar do seu valor e da honestidade da sua obra? ¿ Como não há-de o povo português sentir-se abandonado por aqueles a quem paga para o servirem? ¿ Como não há-de duvidar duma instituição que só produz *diplomas*, quási exclusivamente acessível à gente endinheirada, que sabe, à distância, bastar-lhe a repetição *grafonológica* das “sebentas” para obter esses diplomas? ¿ Como não há-de o povo português detestar as Universi-

dades, — que nada contribuem para o seu progresso — se elas representam mais um *privilégio* de certa gente, e êle não ignora, por experiência e por instinto, que tem de ser inimigo de todos os privilégios que dividem os homens?

De resto, a mensagem é toda ela, de princípio a fim, um espelho fiel da ausência de *vocação*, nos seus signatários, para o nobre apostolado catedrático. Logo de entrada, ¿ em nome de quem falam ao Ministro do seu pelouro? — A bem da Nação, da Cultura nacional e *ainda dos seus mais legítimos interesses de classe!*

Que o documento não fala a bem dos interesses da *Nação* e da *Cultura nacional* prova-o tôda a mensagem. Quanto aos *seus mais legítimos interesses de classe*, ninguém de bom-senso saberá dizer-nos o que sejam. Em primeiro lugar, não é *legítimo* às “elites” de qualquer nação constituírem-se em *classe*, pela simples razão de que ninguém sabe o que seja a *classe das pessoas cultas* ou a *classe das pessoas inteligentes*. Seria absurdo e ridículo. Em segundo lugar, a nenhum clérigo *de verdade* — que o seja por *vocação* — será lícito falar em nome dos seus *interesses particulares*.

Concepção mesquinha, essa de *classe de catedráticos* e de *interesses de catedráticos!*

É dentro de tão falso critério que se lamentam, os signatários da mensagem, — acêrvo de atentados contra a Inteligência — de se verem reduzidos, por

vezes, ao *papel humilhante de mestre-escolas*. Falam como verdadeiros detentores feudais dos pergaminhos duma *classe*. E falando assim, *humilham-se*, de facto.

¿*Papel humilhante de mestre-escola*, porquê? ¿Quem saberá traduzir, à letra, esta injúria indigna de catedráticos? ¿Pois julgarão os autores da mensagem que o mestre-escola não é um seu camarada *autêntico*? ¿Pois julgarão que por *Universidade* se deve entender apenas o conjunto dumas tantas Faculdades, em vez de saberem, mais humana e profundamente, que, todas as Escolas, desde a primária até à suposta mais elevada, constituem degraus do mesmo edifício universitário?

Falam, na verdade, como representantes duma *classe*, e porque lhes falta vocação para o apostolado da alta cleresia, consideram *humilhante* a nobre função do mestre-escola. Julgam mais difícil — e mais dignificante — ensinar Cálculo ou Direito Civil, ou Anatomia, ou Botânica, do que lidar com os fugidios complexos da alma humana. Supõem tarefa mais grave a de quem orienta homens, do que a de quem precisa saber *modelar* o mundo, todo virgem, das crianças!

Até nisto provam os catedráticos de Coimbra o desconhecimento dos mais vivos problemas da cultura moderna e a *incompreensão* do papel que lhes cabe nas reformas sociais. Consideram-se uma casta, uma classe à-parte, fechada aos contac-

tos viscosos das pobres rãs que os rodeiam, cá muito em baixo, num fôssó que lhes repugna! E, todavia, o seu primeiro dever de intellectuais probos seria a identificação, *por simpatia*, com todos quantos julgam seus inferiores.

## 4

Os signatários da mensagem afirmam-se uma classe constituída, — e até se julgam, como êles dizem, uma *corporação*, como se a Universidade fôsse uma filial da União dos Interesses Económicos... Ora o verdadeiro sábio, o autêntico universitário, não pode colocar-se no plano de *cindir* a Humanidade em *classes*, em *profissões*, em *castas*. Nos seus domínios só há Espírito; e é só em nome da Inteligência e para a Inteligência que o autêntico sábio, o verdadeiro catedrático, deve falar. Ao clérigo que se não atraicôa a si próprio compete não só trabalhar para que se não criem novas barreiras entre a família humana, mas também para que se derruam as ainda existentes. Falar em *classes*, em *profissões*, em *castas*, em *raças*, e pedir privilégios para quem quer que seja, é dar foros legais a todos os preconceitos que dividem os homens e os tornam inimigos.

Ao verdadeiro sábio não é lícito alimentar preconceitos — falando em nome da sua "classe" ou da sua "profissão" — porque o sábio só pode falar em nome da Verdade e em nome da Justiça. Ninguém, desejoso de ser justo, pede justiça apenas para os que reputa da sua "classe": pede justiça para tôda a Grei — porque a justiça que se faz a uma só parte dos que a necessitam é pura e clamorosa *injustiça!*

Para os catedráticos de Coimbra a cátedra não vale como meio de tornarem a Humanidade mais sabedora, mais feliz e mais justa. Vale, sòmente, como prémio às distinções obtidas — tanta vez imerecidamente! — no decorrer dum curso. É uma *propriedade* que conquistam e da qual pensam ser uma obrigação usufruir o maior *rendimento* possível. Por isso pedem, como condição para que sejam bons professores: mais dinheiro, menos horas de trabalho, isenção de propinas para os seus filhos.

Não se lembram, os signatários da mensagem, que em Portugal tôda a gente precisa de mais dinheiro, todos trabalham como negros, e muitos há que têm filhos para estudar. ¿Porque hão-de êles, nesta hora, pensar em si unicamente? O professor primário, por exemplo, ganha 600 escudos. Precisa de viver, sustentar mulher e filhos, e, sobretudo, possuir uma cultura digna, moderna, arejada. Da sua acção pedagógica depende, na maior latitude,



a saúde moral, mental e até física da mocidade. O professor universitário dispõe de bibliotecas vastíssimas, de que o primário não dispõe, além da desvantagem, para o segundo, da impossibilidade de *contínuo renôvo*, que o primeiro usufrui pelo contacto diário com homens e centros de cultura.

Ora um catedrático ganha, salvo mais precisos informes, próximo de 3.000 escudos. É muito? A média de vida dum chefe de família, em Portugal, anda em volta de 500 escudos. ¿Ganha muito o catedrático? Não; ganha pouco, dizêmo-lo sinceramente. Mas o aumento das receitas do professor catedrático só pode realizar-se na medida em que seja diminuído o grau de vida dos que se arrastam já com proventos miseráveis. Antes de pedir aumento de salário, os catedráticos de Coimbra deviam perguntar a si próprios se tal pedido, em face da pobreza nacional, seria *justo*. E como a consciência lhes diria que não, procurariam, com afã, adentro do seu casulo de sacrifício, melhorar as condições de vida do povo português. Essa era, com verdade, a função que lhes competia...

O progresso moral e material dum povo anda intimamente ligado às suas "elites". *Elite* quer dizer *inteligência orientada*. E a Universidade é — ou deve ser — a nata dessa "elite". Se ela não sugere, não orienta, — não *cria* — é evidente que a paralisia atingirá, até à medula, a colectividade.

Ela deve ser a primeira em capacidade de saber e em capacidade de sacrifício. O verdadeiro clérigo não se julga *superior* nem *mais necessitado* do que ninguém. Sabe, apenas, que a riqueza do seu espírito é lenha necessária à lareira da Humanidade friorenta, e por isso se julga irmão de todos os homens: capaz de tôdas as provações, porque é apóstolo; e incapaz de solicitar nenhum privilégio, porque o sábio — o clérigo — é incapaz de ser *injusto*, defraudando a colectividade num bem que a todos pertence!

## 5

Antes de pedirem aumento de salário e de enunciar um vago rol de necessidades para dignificação universitária, ¿que deveriam ter feito os signatários da mensagem? Nada mais nada menos que a elaboração pormenorizada e consciente, à luz da moderna cultura e da autêntica pedagogia, dum *Projecto de reforma da Universidade Portuguesa*, alicerçado na escola primária, remodelando o liceu e as escolas profissionais e recebendo, por cúpula, o mais alto Instituto de cultura, a criar, ainda, entre nós.

Preferiram queixar-se da sua situação econó-

mica e, nela, fundamentar a crise universitária. Ilusão suprema! Como se fôsse indiscutível a tese que apresentam! Se fôra legítima, ¿ como explicar o não-cumprimento dos deveres catedráticos, por parte daqueles que possuem fortuna pessoal, se muitos são êles, na Universidade Portuguesa? ¿ E como conciliar essa tese com o facto iniludível de, regra geral, serem precisamente os professores pobres — ou remediados apenas — aqueles que melhor têm sabido cumprir os seus deveres de cleresia?

Não, a chave do problema não está na situação económica do professorado. A Universidade não melhorará com o aumento de receitas. A questão não é de dinheiro: é de *vocação* — é de mentalidade. Por um estranho fenómeno de contágio ambiente, os catedráticos portugueses, na sua grande maioria, sofrem da pior enfermidade que pode vitimar um clérigo: a incapacidade para o sacrifício e para o trabalho. Repetimos: consideram a cátedra um prémio concedido às suas distinções, sem outro valor que não signifique ponto de partida necessário à conquista de bons empregos. Por isto, a sua maior actividade é tãda extra-universitária. No capítulo da Cultura, da quotidiana faina das conquistas do Espírito, a Universidade portuguesa tem uma existência aflitiva, indigente, com um vago odor arqueológico. Melhor ainda: cristalizou. E não é culto aquele espírito que permanentemente se não *renova*.

Demais, os portugueses desde há muito deixaram de alimentar ilusões sôbre a Universidade. Já no tempo de Quental, foi preciso que êste glorioso espírito — que não falou de cátedra — marcasse os rumos essenciais da nossa Cultura. Tentou pôr-nos em contacto com o mundo civilizado, com o *espírito europeu*, que desconhecíamos. Procurou ensinar o português a ver e a amar a Inteligência com os olhos da Inteligência. E as fronteiras de cimento espêsso que nos isolavam do mundo quási se tornavam, por milagre, de transparente cristal.

Infelizmente, poucos souberam dar pelos objectivos de Antero. Êsse contacto perdeu-se, a breve trecho, aniquilado o lutador. Não tardou que a Inteligência nacional caísse na sua endémica abulia: perdemos o contacto com a verdadeira cultura, com o *ar livre* que nos saneava os pulmões enfezados. As « elites » portuguesas voltaram a esquecer-se de que o mundo não acaba onde o mar e a Espanha começam. E desde então, o nosso atraso mental atingiu o máximo da bitola, porque, além de atrasados, — recuámos!

A juventude portuguesa acusa as instituições universitárias de nos terem deixado perder êsse contacto com o ambiente europeu, que Antero, proféticamente, julgava indispensável à salvação da Inteligência nacional. Competia à Universidade interpretar e *servir* realidades tão evidentes.

Preferiu ignorar o seu conteúdo e, consciente ou inconscientemente, escarnecê-las e atraioá-las. No campo moral, económico e político, a Grei iria, mais tarde ou mais cedo, suportar as conseqüências.

As novas gerações sentem-se defraudadas, e por isso abrem os pulmões e clamam — pedindo *ar* mais puro, uma vida mais livre, um estado de espírito menos dramático! E sabem o que desejam. ¿Quem poderá recusar-lhes o direito a ter *voz*, se elas possuem, no mais alto grau, a noção viva das realidades?

A Universidade portuguesa, ao contrário, vive uma hora puramente *imaginária* — ignorando os problemas da vida contemporânea e ignorando-se a si própria. É disso prova real a mensagem coimbrã? Meditêmo-la. Nela se pede, «instantemente, uma reforma de tôda a mais recente legislação universitária», mas para quê? ¿Para dignificação da Cultura? ¿Para resgate da Inteligência? ¿Para integração da Universidade no seu verdadeiro papel reformador? Nesse caso competiria aos signatários da mensagem, mais do que a ninguém, a elaboração das bases da *reforma* que reputassem urgente. O Ministro ponderava — e aproveitaria as bases, no todo ou em parte, consoante julgasse melhor servir os interesses da Nação. Mas quê?! Os catedráticos de Coimbra, ao redigir a mensagem, não aspiravam contribuir para tarefa tão dignificadora. Êles o dizem, con-

denando-se; pedem que se faça, *instantemente, uma reforma da mais recente legislação universitária*, mas com êste objectivo :

«no sentido de restituir à Universidade, como corporação dentro dum Estado de tendências corporativas, a sua antiga autonomia administrativa, pedagógica e disciplinar».

Quere dizer: O que os preocupa não é o problema da mentalidade, não é o problema da Cultura: preocupa-os, sòmente, o "caso" da autonomia universitária. Evoé! que nunca vimos tanto amor à Liberdade! Do velho casarão universitário fugiu, como se vê, todo o ranço e todo o bafio conventual dos seus pergaminhos! Já não é preciso deitar-lhe o fogo para, como pretendia Junqueiro, produzir alguma luz, porque a mensagem é um impressionante clarão!

Mas ousamos perguntar: ¿ que fizeram as Universidades quando dispunham da autonomia que nesta hora mendigam os ilustres *liberalistas* do último figurino? Ou ainda: se lhes merecia tanto amor a autonomia de que gozavam — e a todos os títulos se prova não lhes ser devida — ¿ que fizeram no momento em que tal privilégio lhes foi cerceado? Acharam bem? ¿ Acharam mal e calaram-se? Porquê? Responda quem souber classificar tal attitude moral! Mas não podemos fugir a uma outra pergunta: ¿ *autonomia* às Universi-

dades, porquê? ¿ Sob que pretexto a pedem para si, e não se lembram de pedi-la para outras Escolas? ¿ Porque não devem ter direito a *autonomia* todos os estabelecimentos de ensino, desde o mais modesto ao mais custoso? A ser verdadeiro o critério que o justifica para uns, ¿ deixá-lo-á de ser em relação a outros? ¿ Quem nos elucida sôbre as razões de mais êste ansiado privilégio? Quem nos elucida?

Curiosa é também aquela expressão que fala *no sentido de restituir à Universidade, como corporação dentro dum Estado de tendências corporativas...* etc.

Não se pode conceber maior enormidade. De *tendências*, apenas? Em professores de Direito achamos de palmatória tal deslize... ¿ Pois não reza a Constituição do Estado Novo que *Portugal é uma República unitária e corporativa?!...* Mas êste aspecto não é o sério da questão. ¿ Quem nos saberá dizer o que seja uma Universidade sob o ponto de vista *corporativo*? quem? ¿ Já se viu mais monstruosa incompreensão do que sejam as funções duma Universidade? ¿ Será ela uma *associação de classe*, ao contrário do que tôda a gente supõe — que simplesmente a julga uma oficina de labor espiritual e científico?

Como tal procedem, com efeito, os signatários da mensagem. Falam como representantes dos seus interêsses económicos, e não como apóstolos

da Cultura e da Inteligência. ¿Que podem ainda esperar das suas Universidades os portugueses que sonham dias melhores e ambiente mais arejado?

## 6

Pedem, ainda, ao Ministro, os signatários da mensagem, que, além das condições *materiais* que reputam essencialíssimas—o aumento da pecúnia—sejam colocados em circunstâncias *morais* de poderem dar um maior rendimento de actividade pedagógica e científica.

É difícil compreender o que sejam, no caso em julgamento, circunstâncias ou "condições morais" (para usar as suas palavras) capazes de proporcionar um maior "rendimento da actividade pedagógica e científica". Mas êles nos esclarecem acto-contínuo: a *primeira condição moral* consistirá em evitar as "acumulações de cadeiras e cursos, que, enchendo os professores de horas de trabalho escolar em número desmedido, os inutiliza para um ensino profícuo," etc.

O fulcro do problema e as medidas de *salvação pública* enunciadas na inconcebível mensagem giram exclusivamente em redor do aumento de



salário e da redução das horas de trabalho. Quere dizer: *a primeira condição moral* é, no fim de contas, sem recurso a artes de prestidigitação, mais uma condição puramente *material*. O que se figura urgente e imprescindível, superior a tôdas as razões e a tôdas as necessidades, é o aumento do ordenado e a diminuição do trabalho. O resto — arejamento da cultura, dignidade profissional, reforma da intelligência, liberdade do Espírito, autonomia crítica e investigadora — é tudo secundário e, possivelmente, inútil.

Debaixo de tal critério, ¿ quem poderá condenar que a Universidade portuguesa seja o que de facto é e, mais ou menos, sempre foi? Se, quando falam de problemas de ordem *moral*, os catedráticos de Coimbra encaram, sòmente, o aumento dos proventos e a diminuição do seu labor, ¿ quem poderá estranhar que êles não saibam cumprir, *autênticamente*, a sua missão de sacrifício e de clesia? Se êles estão desintegrados da hora aflitiva que passa, ¿ quem poderá estranhar que não *vivam* nem apercebam os verdadeiros problemas *moraes*, dolorosos e inquietantes, que dramatizam o mundo contemporâneo? Ninguém pode compreender aquilo que ignora. E os catedráticos de Coimbra ignoram tudo: até o que sejam problemas do fôro *moral*!

¿ Culpa das Universidades? Ninguém o afirma.

Culpa, sobretudo, — e talvez exclusivamente — dos portugueses, que nunca souberam *conquistar*

e merecer catedráticos à altura das suas responsabilidades e dos interesses da Inteligência nacional. O problema talvez não seja da *ausência* de mestres dignos de tal nome. Antes deve constituir « problema », sòmente porque não há uma vontade colectiva capaz de impor e exigir servidores que saibam sê-lo e honrar o agregado social. O mal não é de hoje — é de sempre. Quem deseja apóstolos, prepara cidadãos para o nobre e difícil caminho do apostolado. Quem permite que todos os ambiciosos — inúteis, mas « distintos » — assaltem os laboratórios onde se modelam os sêres morais, que devem constituir a alma e a inteligência colectivas, não pode esperar do futuro senão falsos valores, — embora, como se lhes chama em linguagem burguesa, « distintos »... Só assim, aliás, se compreende que uma Universidade quási inteira subcreva uma enormidade sem classificação, desta natureza :

«Pede-se, enfim, que se distinga entre os mais dedicados ao ensino e à produção científica, ou que no início da sua carreira façam voto de a êles se dedicar, sem o exercício de quaisquer actividades extra-profissionais, e aqueles que os exerçam cumulativamente com estas, quando em manifesto detrimento das primeiras.»

Ignoramos se em qualquer parte do mundo culto é possível escrever-se alguma coisa semelhante por iniciativa dos mais altos valores mentais,

— que devem sê-lo, também, dentro dos domínios do campo moral. Apenas sabemos que em Portugal são êsses mesmos supostos valores mentais quem chama sôbre si a responsabilidade de tais conceitos.

Em face do critério exposto, ¿ que poderemos concluir do pensamento dos catedráticos de Coimbra? As coisas mais extraordinárias! Por exemplo: *qualquer professor poderá exercer, cumulativamente, funções de catedrático e actividades extra-profissionais, mesmo quando estas se exerçam em detrimento das primeiras.*

São os próprios catedráticos que defendem êste monumento de absurdos. *Defendem* — ¿ diremos bem? ¿ Ou não se se *defende* uma coisa ou um princípio sempre que se proclama a sua *legitimidade*? A doutrina exposta é duma clareza sem mácula. A Universidade receberá no seu augusto seio quantas vacuïdades bem classificadas pretendam subir a cátedra. Condição essencial: que exista a vâgazineira... ¿ Mais nada? Mais nada! E depois? Depois, a vacuïdade fará o que lhe der na realíssima gana, ocupando-se, inclusivé, de actividades extra-profissionais que se exerçam *em detrimento das suas funções catedráticas.* Admirável doutrina! ¿ E como poderia ser doutro modo? ¿ Pois não são os mestres *proprietários* das suas cadeiras? ¿ Que intruso pode arrojar-se a meter o nariz em propriedade alheia, a ver se o

terreno produz bem ou mal, se o lavrador sabe ou não pegar na rabiça do arado?

¿ Os professores de Coimbra pedem mais salário e menos horas de trabalho, como *condição moral* para que se dignifiquem as suas funções? Maneira singularíssima de dignificar as funções catedráticas: permitindo que, em seu *detrimento*, se exerçam outras actividades. Sim, a doutrina inconcebível é esta: não se proíbe o exercício de actividades que prejudiquem as do catedrático. Não se propõe a mais ligeira sanção para quem as exerça, porque isto não seria *dignificar* as funções catedráticas. Não se exige competência, assiduidade, devoção profissional. Tudo isso não representa *condição moral* que dignifique. Pede-se mais dinheiro, menos horas de trabalho — e prémios para os que mais se distingam nas suas cátedras. Já não é pouco. Entre professores a quem se reconhece o direito de exercer actividades em detrimento da profissão pela qual o Estado lhes paga, é sempre fácil encontrar um que mais se distinga... ¿Acharmos bem que se premeiem os seus serviços!

Verifica-se, de novo, que o problema da Universidade não reside em que o professor receba menos ou mais dinheiro. O problema, repetimos: é só de *vocação*. Os catedráticos portugueses ignoram as origens do mal porque não sabem, sequer, qual o mal seja. Sabem que existe — porque ouvem falar muito nêle... (É mesmo os que

falam muito nêle, não é bem pelo mal: fazem-no por "inconfessáveis motivos" . . .).

Não há um acto de penitência, da parte dos catedráticos. Não há o reconhecimento, humilde e consciente, da sua incapacidade para o sacrifício a favor da Grei. Há apenas a insinuação mesquinha de que actuam em nome de "inconfessáveis motivos" as consciências límpidas que, de facto, procuram a dignificação das funções catedráticas.

"Inconfessáveis motivos", porquê? ¿Pois não é tôda a Nação consciente que se proclama abandonada pelos seus clérigos — ou pelos que deveriam sê-lo? ¿Onde a actividade catedrática, à altura de informar a Grei de que a Universidade existe e cumpre? ¡Mau caminho êste — o da insinuação policíaca — indigno de professores que saibam honrar-se e honrar a sua profissão!

Falamos em nome daqueles que nunca frequentaram uma Universidade, — mas não em serviço de "inconfessáveis motivos".

Não pedimos que a Universidade seja isto ou aquilo, ao serviço desta ou doutra política. Pedimos sòmente que a Universidade seja Universidade, o que só pode suceder na hora em que os professores compreendam a nobreza do seu apostolado e os deveres que os ligam aos superiores interêsses morais do Povo. Não há "inconfessáveis motivos" na rebeldia duma atitude cujos proveitos anti-nacionais ou anti-humanos consciência alguma

pode vislumbrar. Há, apenas, angustiado amor ao próximo, inquietação pelo futuro e pelos destinos do homem de amanhã. ¡Só não pode compreender-nos quem não se aperceba da existência duma geração triturada, reduzida a escombros sob o pêso de culpas que a todos, menos a ela, podem ser atribuídas!

Não, senhores catedráticos! a nova geração ergue a sua voz, não contra a Universidade — mas por ela! Os seus clamores são a voz de quem — servido ainda pela fôrça duma juventude que inútilmente se vai extinguindo — procura dignificar a Inteligência pela sua libertação!

## 7

Falamos em nome dos que nunca puderam frequentar os bancos da Universidade, e que só à fôrça do seu pulso têm podido subir a ladeira — tão íngreme e tão amarga — da vida. Falamos em seu nome — em nome de quantos, abandonados aos acasos duma formação auto-didáctica, nunca toparam no seu caminho autênticos servidores da sua cultura e do seu espírito.

Fora de Portugal, sabe-se que à Universidade competem funções orientadoras ao serviço da inte-

ligência colectiva. A sua acção deve chegar — e chega — a todos os espíritos, como o ar a todos os pulmões. Obedecendo como que a uma *lei de vasos comunicantes*, tôdas as inteligências são penetradas pela mesma aragem de contínuo renôvo. A Universidade esclarece, divulga, — *constrói*. A Universidade cumpre o seu destino de higiene e de consciencialização. Mas, para isso, nenhum candidato a catedrático pretende sê-lo sem ver até onde pode chegar com os honorários que lhe serão atribuídos... E quando aceita a cátedra, sabe que lhe não é lícito desviar a atenção para outras actividades, sem defraudar a Grei, — sem deshonrar a sua nobre missão libertadora.

Entre nós, a Universidade tem falhado sempre. Não cumpre, mesmo de longe, os seus deveres de cleresia. E não cumpre, sobretudo, — porque, logo de início, começa por ignorar quais sejam êsses deveres.

Julgam, assim, os catedráticos — erradamente — que o seu auditório só deve ser constituído pelos que vão escutar as suas lições, quando a sua mais desvelada atenção deveria, carinhosamente, dirigir-se aos que não podem freqüentar as Universidades. Êsses fazem parte, igualmente, dos seus *alunos*, porque, de longe ou de perto, êles procuram orientar-se pelo que os *mestres* sabem e pensam e dizem e escrevem — quando sabem, pensam, dizem e escrevem alguma coisa... O que

dizem e escrevem os catedráticos de Coimbra, sabêmo-lo, agora — e só agora! — pela sua mensagem. Sôbre o que sabem e pensam, não é fácil emprêsa formular uma idea, porque nunca o saber e o pensamento universitários procuraram tomar contacto com a pobre massa anónima.

Só assim se explica a triste indigência mental em que vivem os portuguezes, desconhecedores de quanto signifique intelligência e cultura, ignorantes de tudo — até dêles próprios!

Não exageramos. ¿Que se diria de nós, se, por exemplo, alguém soubesse no mundo civilizado que não possuimos, saído da Universidade, um *estudo crítico*, digno dêsse nome, da obra de Camões? Só de Camões?! Não! De tôda a nossa literatura! Gil Vicente, Bernardim, Falcão, Herculano, Antero pensador, Antero poeta, Camilo, Eça, Fialho, Junqueiro revolucionário, Oliveira Martins, ainda esperam da Universidade uma crítica autêntica. Tudo o que se fêz, até hoje, dalguma valia, realizou-se extra-universitariamente, fora da actividade catedrática. Na crítica literária, como na divulgação filosófica e científica. Valha a verdade: já não queríamos criação científica ou filosófica. Seríamos felizes apenas com a sua divulgação, e por faina tão humilde dos nossos catedráticos só haveria que dar graças a Deus! Mas dêles não temos nada. Nem crítica da nossa literatura, nem crítica ou pura divulgação das outras literaturas. Nos do-



mínios do pensamento, ¿ quem nos iguala? Os Kant, os Leibnitz, os Spinoza, os Nietzsche, os Bergson, os Poincaré, valem como ares daninhos, indignos de ser respirados. É com tédio inconcebível que os mestres falam em nomes tão *estranheiros*, entre o bocejar fastioso de quem paira em regiões mais soberanas. Nenhum os estuda; nenhum os critica; nenhum fomenta a sua meditada leitura. Não há, em original português, uma história da Filosofia, nem a simples tradução do elementaríssimo e claro Boirac; nem um ensaio sobre as tendências do pensamento contemporâneo; nem uma História das ideias filosóficas em Portugal. Não nos dão nada — nada que sirva de archote, nesta floresta densa da Inteligência nacional.

E no Direito? E na Economia? ¿ Quem ousou escrever uma História do Direito em Portugal? ¿ E um ensaio sobre os fundamentos do Direito? ¿ E uma História do Direito romano? ¿ E um ensaio sobre as origens e a evolução do Direito constitucional? ¿ E sobre o constitucionalismo em Portugal? ¿ E sobre as origens e conceito da propriedade? E uma História das doutrinas económicas, ¿ quem foi capaz de escrevê-la? ¿ E sobre a crise contemporânea? ¿ Quem falou dela entre nós, e da falência ou pseudo-falência da Democracia?

¿ E dos rumos da sociedade futura? ¿ E da revisão do conceito da Liberdade? E da revisão do

conceito da família? ¿E da revisão do conceito da Moral? E sôbre o fenómeno religioso? ¿Quem fala e escreve sôbre tudo isto, para elucidação daqueles pobres espíritos desorientados que precisam ser dirigidos e não podem freqüentar a Universidade?

No campo da ciência aplicada, não falemos, então. Que falem, por nós, os editores franceses, que sabem, como ninguém, quando exportam em manuais, de tôdas as especialidades de ensino. Originais portugueses — nada!

¿A quem competia realizar êsse labor indispensável ao resgate da Inteligência nacional? ¿Aos grilhetas do jornalismo? Aos novelistas de cordel? A quem?! a quem?! Respondam os senhores catedráticos da Universidade portuguesa, que se julgam exemplares servidores da causa pública.

As verdadeiras *revoluções* são aquelas que se realizam através da acção das Universidades, num permanente esforço criador. Elas devem ser uma energia que não se limita,—em contínuo anseio de *excedência* e de fraternal convívio com a massa. Povo e Universidade devem inserir-se na mesma compreensão de tudo o que, pelo mundo, em ritmo progressivo, constitua vida que se renova, acumulado património da Civilização.

O que não seja isto, pode ser tudo: mas não é *revolução*. Será, quando muito,—simples motim de paixões que se chocam e reduzem a cacos!

Se, desde longe, a Universidade portuguesa tivesse procurado *inserir-se* na vida nacional; se a Universidade fôsse uma *autêntica* Universidade, orientadora e dinamizadora de verdadeira sabedoria, oportuna na crítica e inteligente no fraternal conselho,— a própria marcha da política portuguesa teria sido bem diversa do que sempre foi, tornando-se mais compreensiva e mais humana. ¡E que diversos teriam sido os caminhos trilhados!

No mundo culto, as Universidades sabem produzir tudo o que em política se necessita para o encontro de inteligentes perspectivas. As Universidades são fontes de permanente *informação* e *sugestão*. Há uma cooperação íntima, solidária, de todas as energias da colectividade. Cada Escola é um laboratório a produzir conhecimento; cada espírito, uma fôrça de atenta simpatia, que não se cansa de receber e compreender — até onde as suas azas o permitam. Nada se produz de improviso: obedece tudo — e a Política não foge à regra — a um ritmo natural, a uma lógica tão segura como a própria inteligência que o informa.

Entre nós o panorama é diverso. Quási todos os males nacionais derivam do falso desdém que as suas "elites" votam à política. Afirmam-se,

olimpicamente, *apolíticas*, e, do contraste dessa afirmação com as suas atitudes, resultou sempre a mais perniciosa de todas as políticas. Acima do bem público, erguem o seu comodismo burguês. Não procuram esclarecer o Povo — como se lhes repugnasse tomar contacto com a *rua*. Nunca lhe falam, nem procuram ouvi-lo, e desconhecem, por isso, qual seja a razão das suas aflições. Povo e “elites” ignoram-se mutuamente. ¿De quem a culpa? ¿Das “elites” ou da massa?

A culpa só pode caber a quem foge dos seus deveres perante a Grei; a quem a abandona a tôdas as paixões e a tôdas as cóleras; a quem não sabe ganhar a sua confiança à custa de humanas atitudes de sacrifício e de nobres exemplos de civismo.

A juventude portuguesa sabe, com a mais funda visão dos factos, que a Universidade tem cometido todos os atropêlos e as mais desastrosas desfigurações da Inteligência. Sabe que ela desconhece os legítimos direitos da sabedoria. Mas algo de mais grave acontece: a Universidade ignora, também, os direitos do Espírito, o que significa ignorar o próprio Espírito. Por isso, em vez de lutar por êles, os têm combatido. A juventude pede uma autêntica Universidade; e a Universidade recusa-lhe o direito de ter *voz*. Porquê? Porque a Universidade nunca soube merecer, pela conquista, êsse direito. ¿E pede *autonomia*, essa Universidade?!

Através de que razões legítimas? Só se é digno daquilo que se conquista; e a Universidade portuguesa só tem sabido render-se e degradar-se.

A mensagem dos catedráticos de Coimbra provou que a mocidade tem razão. Os jovens rebelam-se a favor do prestígio da Universidade, e a Universidade insulta-a — vislumbrando «inconfessáveis motivos» na sua nobre atitude. É a sua posição de sempre: entre a mocidade, heróica no seu total desinterêsse, e os que podem conceder favores, a Universidade preferiu sempre os segundos. Nunca a juventude pôde contar com ela, nunca! À sua generosidade, ao seu legítimo anseio de preparar um futuro mais belo, à sua intuitiva e clara visão das realidades, ao seu desejo de saber e de *viver*, os catedráticos — que deviam ser os seus melhores camaradas — opuseram sempre uma resistência e uma animosidade ferozes, de quem fecha, olímpicamente, uma cidadela inexpugnável!

Sim, senhores catedráticos: a mocidade, entre muitas coisas de que vos culpa, acusa-vos de a terdes olhado sempre como inimiga; não encontra em vós uma palavra de indulgência ou de estima, nem sequer de fraternal conselho.

Sempre que a mocidade pede e exterioriza o seu alarme pela marcha da Cultura, correis as bronzeas portadas dos ouvidos. E — em nome das «hierarquias», dá «ordem» e doutros preconceitos hilariantes, fedendo a burguesismo insípido — recu-

sais-vos a escutar os clamores sãdios da alma e da inteligência viril dos jóvens.

Pois bem; a mocidade, — que verdadeiramente é a Nação de amanhã — acusa-vos dêste crime inqualificável: de serdes contra a *Nação do futuro*, que é a única *realidade social*!

Não vos queixeis das críticas da juventude. O abismo — se abismo existe — caváste-lo vós, com vossas próprias mãos. Não semeastes ideias generosas — e querieis colher generosidade? E generosidade para quê? Para a vossa traição à Cultura e à Inteligência? Pois não vêdes que elas se encontram a braços com problemas graves que vos competia procurar resolver? Pois não entendeis que não é contra vós, mas sim a favor duma renovação mental — de que sois incapazes — que as gerações novas andam em luta?

A mocidade não pode estar convosco, porque vos acusa de quererdes produzir um encadeamento ininterrupto de gerações de mutilados — e de escravos!  
Por isso vos combate.

Setembro — 1933.



# Movimento de Renovação Democrática

## VOLUMES PUBLICADOS :

- A Organização da Democracia* (Manifesto político) — 1933.  
*Princípios democratistas* — 1933.  
*Para uma nova Civilização*, por Mário de Castro — 1933.  
*A Crise de idealismo na Arte e na vida social*, por Domingos Monteiro — 1933.  
*A Crise da Universidade*, por A. Lobo Vilela — 1933.  
*O suicídio dos catedráticos de Coimbra*, por Eduardo Salgueiro — 1933.

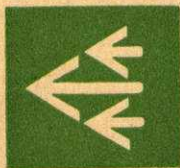
## A SEGUIR :

- Os intelectuais e o Política*, por Adolfo Casais Monteiro.  
*O México, república democratista*, por Albano Matos Cid.  
*A Cultura dirigida*, por Álvaro Ribeiro.  
*Parlamentarismo*, por António Sarmento.  
*A preparação intelectual de 5 de Outubro*, por Carlos Sanchez.  
*Filosofia e Política*, por Delfim Santos.  
*Carta aberta aos trabalhadores*, por Eduardo Salgueiro.  
*Classes e Partidos*, por Freitas e Silva.  
*Duas Pedagogias*, por Joaquim Magalhães.  
*Ensaio sobre a Ordem*, por José Marinho.  
*A Tecnocracia*, por Luís Guedes.  
*O Homem e a Máquina*, por Manuel Anselmo.  
*Liberalismo e Democratismo*, por Manuel Camacho Botica.  
*O problema do divórcio*, por Paradela de Oliveira.  
*O Amor contra a Burguesia*, por Rodrigues de Freitas.









**Separata do n.º 356 da "Seara Nova"  
visado pela Comissão de Censura**

